

INVESTIGANDO O CAMPO DO CURRÍCULO NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Francisco Erisson Silva de Assis¹; Maria Michelly do Rego Ribeiro²; Maria Cleidiane Cavalcante Freitas³;

¹ Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC, proferissonsilva@gmail.com

² Graduanda em Geografia, IFCE Quixadá, michelly.ribeiro06@aluno.ifce.edu.br

³ Doutora em Educação, IFCE Quixadá, maria.freitas@ifce.edu.br

RESUMO

O presente estudo aborda a trajetória das políticas curriculares no Brasil ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI, destacando as relações entre currículo e sociedade. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, de tipo exploratória, fundamentada em produções acadêmicas e na análise de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2022). Desse modo, a pesquisa busca refletir as relações entre as reformas curriculares com os contextos históricos, disputas ideológicas e interesses econômicos em que foram gestadas. Evidencia-se assim, que desde o período da industrialização, do Regime civil-militar até a redemocratização e a consolidação de diretrizes nacionais, o currículo tem sido reorganizado conforme demandas políticas e produtivas. Conclui-se que o currículo constitui um campo de disputas e conflitos, expressando concepções de formação humana e orientando os rumos da educação básica brasileira.

Palavras-Chave: Políticas curriculares; Currículo e sociedade; Reformas curriculares.

INTRODUÇÃO

A educação escolar no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 é compreendida como direito de todos e de todas, devendo ser garantida pelo Estado. É uma prerrogativa que estabelece o acesso a escolarização, o que ocupa lugar central na organização da vida social brasileira. Nesse sentido, o currículo assume função estratégica em sua construção, pois é através dele que se definem os conhecimentos considerados essenciais, as competências a serem desenvolvidas, assim como valores, condutas e finalidades atribuídas à formação escolar. Entretanto, a trajetória histórica da educação no Brasil demonstra que o currículo não se constitui como elemento neutro, mas como uma

construção social, atravessada por disputas políticas, ideológicas e econômicas, que podem ser modificadas ao decorrer do tempo, buscando assim atender as “necessidades” daqueles que a fazem.

Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, as políticas curriculares brasileiras passaram por sucessivas reformulações, seguindo os contextos socioeconômicos e políticos em que foram gestadas. Em diferentes momentos, as mudanças na organização do ensino refletiram projetos de desenvolvimento nacional e concepções específicas acerca do papel da escola, no entanto, o que se colocou em prática foi um intenso processo de formatação da escola segundo os modelos impostos pela lógica do capitalismo em acordo com o ideário neoliberal do fim do século XX e início do século XXI (MALANCHEN; SANTOS, 2020).

Segundo Malanchen e Santos (2020), o currículo deve ser compreendido como uma práxis, isto é, um processo dinâmico que expressa a função socializadora e cultural da educação. Dessa forma, o projeto cultural e os processos de socialização se materializam por meio dos conteúdos curriculares, de sua organização e das práticas pedagógicas que dele decorrem. Assim, a análise de currículos concretos exige considerá-los no contexto em que são produzidos e nas práticas educativas pelas quais se manifestam.

Concordando com os autores, para uma análise das reformas curriculares ocorridas no Brasil, faz-se necessário refletir as suas relações com os contextos históricos, disputas ideológicas e interesses econômicos em foram gestadas, sendo o intento deste estudo. Além disso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, de tipo exploratória, que segundo Gil (2008, p. 41) a pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. No tocante à análise documental, utilizou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No período da industrialização, a educação era utilizada para a formação de mão de obra qualificada, evidenciando a existência de uma dualidade entre uma formação acadêmica destinada às elites e uma formação técnica voltada às camadas populares. Posteriormente, durante o Regime civil-militar, a reorganização curricular esteve associada à ideia de modernização econômica, reforçando a centralização das decisões educacionais e a adequação da escola às demandas produtivas.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reafirmada como direito social, impulsionando a formulação de políticas nacionais voltadas à organização curricular. A década de 1990 consolidou esse movimento por meio da criação de diretrizes e parâmetros nacionais que buscaram estabelecer referências comuns para todo o país. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) redefiniu a estrutura da educação básica e instituiu marcos legais que orientam até hoje a organização do ensino.

Nas décadas seguintes, a intensificação de processos de globalização e a incorporação de perspectivas baseadas em competências e avaliação por resultados, fortaleceram a padronização curricular e a criação de instrumentos de monitoramento do desempenho escolar. A elaboração da Base Nacional Comum Curricular insere-se nesse cenário, marcado por debates, disputas ideológicas e questionamentos acerca da participação social no processo de construção das políticas educacionais.

Dessa forma, analisar a evolução das políticas curriculares no Brasil implica em compreender que cada reforma está vinculada a contextos históricos específicos e a projetos de sociedade em disputa. O currículo, enquanto elemento estruturante da prática educativa, revela-se como espaço privilegiado para observar as relações entre Estado, economia e educação na formação social brasileira.

DESENVOLVIMENTO

“A educação escolar tem sido considerada um direito subjetivo que o Estado deve garantir a todos os cidadãos e um direito subjetivo de cada um, o de receber uma formação escolar de qualidade, necessária à participação qualificada na vida social”, o trecho citado por Chizzotti e Ponce (2012), evidencia o papel que o currículo deveria seguir no campo educacional brasileiro, no entanto ao longo da história da educação brasileira, o currículo escolar passou por diversas transformações decorridas das mudanças políticas e ideológicas, que impactam diretamente o modo em que a educação é repassada a aqueles que a buscam em quaisquer dos níveis oferecidos. Ainda segundo os autores

Na última década do século passado e na primeira deste século, sob o impacto da globalização e da ascensão das teorias neoliberais, as políticas curriculares sofreram significativos impactos que produziram reformas nos objetivos e finalidades dos sistemas de ensino, reformulação de conteúdos escolares e de métodos de aprendizagem e geraram nova forma de avaliação de resultados, tendo, como referência, competências previamente definidas que devem ser adquiridas no curso da escolaridade básica. A convergência do ideário educacional, gerada a partir da definição das competências básicas e da avaliação, produziu normas comuns de gestão e referências comparativas entre instituições escolares e sistemas

de ensino. Escolas e sistemas são ranqueados a partir da avaliação de resultados da suposta aprendizagem dos alunos (Chizzotti; Ponce, p. 29, 2012)

Como abordado pelos autores supracitados, nos últimos anos o campo do currículo brasileiro sofreu diversas mudanças, entretanto, as mudanças não se dão apenas no período citado. Na “Era Vargas” (1930-1945), o currículo se tornava mais “popular”, em um contexto em que a educação oferecida era voltada para a profissionalização de trabalhadores para as indústrias que chegavam ao país, diante do interesse, tanto de empresários quanto do governo, com a educação de jovens trabalhadores se tornou cada vez mais presente no início do século XX no Brasil (Rodrigues; Silva; Neta, 2023). Durante este período

O currículo era extremamente vasto, considerado enciclopédico, e exames rigorosos eram administrados durante todo o ano letivo, sendo avaliada a educação secundária no Brasil como “elitista”, pois uma parte considerável da sociedade brasileira não tinha formação para trabalhar na crescente indústria do país. Enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria, sendo esta praticamente a única modalidade de ensino que permitia o ingresso em cursos superiores, o ensino técnico comercial era direcionado para as classes mais baixas. (Rodrigues; Silva; Neta, p. 177 – 178, 2023).

Vargas buscou durante seu governo, possibilitar o acesso à educação, priorizando o ensino técnico vistas a compor mão de obra para a indústria em desenvolvimento. Os anos que sucedem o fim de sua era, também são significativos para a educação brasileira. Entre os feitos dos anos 1950, temos a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), posteriormente integrado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e ainda a fundação de Centros de Pesquisa Educacionais espalhados pelo país (Scandelai, 2011).

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil sofre um golpe civil e militar, que dentre outros pontos, impactou diretamente a educação e o sistema educacional brasileiro. Neste período, o sistema educacional brasileiro era utilizado com uma das ferramentas para o desenvolvimento econômico da nação, e que tinha entre suas marcas a desigualdade social evidente pelas políticas utilizadas pelos militares.

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria nascente. Desta maneira, ocorreram as reformas - dentre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971 a Reforma do Ensino Primário - com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o Militar dominante, para modificar a estrutura de ensino até então vigente. (Paulino; Pereira, 2006, p.40)

A história nos mostra que as propostas de modificação curricular, para terem efeitos reais sobre aquilo que ocorre na educação, precisam reformular as diferentes dimensões da prática educativa (Girotto, 2016). Anos mais tarde, o Brasil passaria então por um novo processo, desta vez, o processo de redemocratização, que se consistiu “em uma ampliação das relações institucionais, somadas às novas demandas das relações produtivas, ao impactar os ideais formativos para a vida em sociedade”, sendo este concretizado com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No campo da educação, os primeiros esforços pela organização e pela implementação de uma política curricular com alcance nacional recebeu materialidade oficial ainda na década de 1990, resultando na política dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A reforma curricular proposta pelos PCNs acomoda essa conformação na organização do sistema educacional, pelas matrizes de competência e habilidades, indicando tanto uma aproximação adaptativa da educação aos processos de profunda precarização das relações de trabalho quanto o aceno à lógica da flexibilização assentada sobre matrizes tecnológicas. (Giaretta, 2022, p.12).

Diante deste cenário, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, surge como um marco na organização da educação brasileira, ao estabelecer a divisão entre educação básica e educação superior, sendo o ensino médio compreendido como etapa final da educação básica, além de reconhecer modalidades como a educação especial e a educação de jovens e adultos (Zitzke; Tunes Pinto, 2020).

Ademais, os PCNs servem como um aporte para a LDB de 1996, como uma forma de flexibilização das diretrizes curriculares, trazendo reflexões e alterações de acordo com a região. Apesar do caráter formativo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ele ainda demonstra diversas contradições, que vão desde a dificuldade de aplicação ao enviesamento neoliberal nele presente.

No ano seguinte, após a LDB de 1996 ter sido aprovada, o Ministério da Educação (MEC) elaborou, primeiramente para o Ensino Fundamental I, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Quando se fala de BNCC, entende-se os PCNs como uma espécie de base, pois tal programa dá direções de como os professores devem trabalhar com os seus alunos. Corroborando com essa ideia, os PCNs (1997, p. 14) dizem que a LDB fortalece a necessidade de assegurar uma formação básica comum a todos. (Santos Filho; Barroso; Sampaio, p. 03, 2021)



Mais recentemente, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) intensificou os debates acerca da centralização e da padronização curricular no país. A BNCC foi concebida com o objetivo de “direcionar a educação brasileira para uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, oferecendo uma educação com igualdade e equidade a todos os estudantes do país” (Santos; Nascimento; Oliveira, 2023). Entretanto, seu processo de construção ocorreu em um contexto histórico e político marcado por instabilidades.

Os debates em torno da primeira versão da BNCC ocorreram entre setembro de 2015 e março de 2016, período de acirramento da crise política que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Micarello, 2016). Conforme destaca Guimarães (2018), o período de elaboração da BNCC foi atravessado por conflitos e eventos políticos complexos, incluindo a passagem de três ministros da Educação durante sua construção, evidenciando a instabilidade política e o caráter conturbado do processo.

Além disso, a BNCC passou por três versões até sua aprovação final, processo marcado por disputas ideológicas e críticas de diversos segmentos da área educacional. Questionou-se a reduzida participação de docentes e da sociedade civil na elaboração do documento, bem como a influência de determinados grupos e interesses mercadológicos ligados à educação básica (Guimarães, 2018). Há indicações de que o processo assumiu um caráter conservador, refletindo interesses privatizantes e reforçando a presença do mercado nas políticas educacionais.

Assim, a circulação de ideias curriculares no Brasil e a formulação de políticas curriculares — dos PCNs à BNCC — não podem ser compreendidas de forma dissociada do contexto histórico e político em que se inserem. A história da educação brasileira demonstra que o currículo é permanentemente tensionado por projetos societários em disputa, revelando que as reformas curriculares expressam não apenas concepções pedagógicas, mas também interesses econômicos, ideológicos e políticos que atravessam diferentes governos e períodos de instabilidade.

CONCLUSÕES

A trajetória das políticas curriculares brasileiras demonstram que o currículo se configura como instrumento fundamental na consolidação do direito à educação, mas também como campo de permanentes disputas. Desde os projetos educacionais vinculados à industrialização, passando pelas

reformas implementadas durante o regime militar, até as transformações ocorridas no contexto da redemocratização até a atualidade, observa-se que as mudanças curriculares acompanharam as reconfigurações do Estado e do modelo de desenvolvimento adotado em cada período.

A institucionalização de diretrizes nacionais, especialmente a partir da década de 1990, representou um esforço de organização e padronização da educação básica em âmbito nacional. Contudo, a ênfase crescente em competências e avaliações de desempenho introduziu novos mecanismos de controle e comparação entre escolas e sistemas de ensino, intensificando debates sobre autonomia, qualidade e equidade, principalmente quando analisamos os diferentes contextos do nosso país.

A construção e aprovação da Base Nacional Comum Curricular sintetizam essas tensões contemporâneas, pois ocorreram em um contexto político marcado por instabilidade e divergências ideológicas. O processo revelou não apenas a importância atribuída ao currículo como elemento estruturante da educação básica, mas também os conflitos existentes em torno de sua definição e implementação.

Conclui-se, portanto, que compreender a história das políticas curriculares no Brasil é fundamental para problematizar os desafios atuais da educação básica. O currículo expressa escolhas políticas e sociais que definem os rumos da formação escolar e, conseqüentemente, influenciam o projeto de sociedade que se pretende construir. Garantir o direito à educação de qualidade exige, assim, não apenas a formulação de normas e diretrizes, mas também a reflexão crítica sobre os interesses e concepções que orientam as reformas educacionais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Francisca Karla Botão; MOTA, Bruna Germana Nunes. Experiência de docência: LDB entre a teoria e a prática. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 15.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5.; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS, 4., 2016, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 183-191.

GIARETA, Paulo Fioravante. **A BNCC e o reformismo curricular no Brasil no contexto da agenda neoliberal.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 339–356, 2022. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/18984>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Dos PCNs à BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal.** *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419–439, 2016. DOI: 10.12957/geouerj.2017.23781. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/23781>. Acesso em: 15 fev. 2026.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MALANCHEN, Julia; SANTOS, Silvia Alves dos. **Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a pedagogia das competências.** *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020017, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8656967. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967>. Acesso em: 19 fev. 2026.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. **A educação no estado militar (1964-1985).** In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: [s. n.], 2006. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf. Acesso em: 14 fev. 2026.

RODRIGUES, Joyce Brenna da Silva Lima; SILVA, Alzenir Souza da; NETA, Olívia Moraes de Medeiros. **Os ditames na educação brasileira durante a Era Vargas (1930-1945).** *Publicações*, 2023. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/272>. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS FILHO, Antônio de Pádua Arruda dos; BARROSO, Maria Cleide da Silva; SAMPAIO, Caroline de Goes. **History of education in Brazil: from the Constitution of the Federative Republic of 1988 to the Common National Curriculum Base (BNCC).** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e53910313667, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13667. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/13667/12279>. Acesso em: 19 fev. 2026.

SANTOS, Ana Cláudia Guimarães; NASCIMENTO, Isabelle Melo do; OLIVEIRA, Wilk. **Da BNCC à BNCC Computação: histórico, afinidades e desafios na implementação de um currículo único.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3., 2023, Evento on-line. *Anais [...]*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 52-53. ISSN 3086-0741. DOI: https://doi.org/10.5753/educomp_estendido.2023.229134.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. **A política de educação no período populista-desenvolvimentista.** *Colloquium Humanarum*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 22–33, 2012. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/341>. Acesso em: 1 fev. 2026.

ZITZKE, V. A.; PINTO, E. O. de T. **A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado.** *Revista Thema*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 407–416, 2020. DOI:

10.15536/thema.V17.2020.407-416.1469. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1469>. Acesso em: 19 fev. 2026.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP